



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA
Secretaria de Meio Ambiente e Ordenamento Urbano




CERTIFICADO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL **PGRSS SIMPLIFICADO - Nº 110/2020**

A Secretaria de Meio Ambiente e Ordenamento Urbano, Órgão Executor do SISMAU, nos termos do Art. 4º, no inciso VIII, da Lei 9680 de 20 de dezembro de 1999 e da Deliberação Normativa nº 27/06, concede o **CERTIFICADO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL DO PLANO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS DE SERVIÇO DE SAÚDE SIMPLIFICADO - PGRSS** ao empreendimento **CHRISPIM NEDI CARILHO EIRELI**, CNPJ: 01.402.400/0001-96, localizado na Rua Chácara, nº 100 - Santa Luzia - Juiz de Fora/MG, com validade de 2 anos, conforme processo de nº 4401/1996, volume 02.

Juiz de Fora, 10 de agosto de 2020.


Marília Augusta Costa Silveira
Gerente do Departamento de
Licenciamento Ambiental


Luis Claudio Santos Pinto
Secretário de Meio Ambiente
e Ordenamento Urbano


Marcus Motta
Procurador





PREFEITURA DE JUIZ DE FORA
Secretaria de Meio Ambiente e Ordenamento Urbano



ANEXO AO CERTIFICADO PGRSS SIMPLIFICADO Nº 110/2020

Empreendimento:	Chrispim Nedi Carrilho Eireli
Atividade:	Distribuidora de Medicamentos e Correlatos
Endereço:	Rua Chácara, nº 100 - Santa Luzia - Juiz de Fora/MG
Validade:	2 anos.

Condicionantes

ITEM	DESCRIÇÃO	PRAZO
1	Apresentar à SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E ORDENAMENTO URBANO até o dia 31 de março de cada ano, declaração, referente ao ano civil anterior, subscrita pelo administrador principal da empresa e pelo responsável técnico devidamente habilitado, acompanhado da respectiva ART, relatando o cumprimento das exigências previstas na resolução CONAMA 358/05.	Do Certificado
2	Apresentar cópia das planilhas mensais de controle de coleta e disposição final de resíduos de Serviços de Saúde (PGRSSS) devidamente preenchida.	Quando da solicitação de renovação

Obs.:

- 1 – Comunicar à SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E ORDENAMENTO URBANO, caso haja alteração na rotina do PGRSS Simplificado apresentado, bem como mudança de atividade exercida.
- 2 – Manter cópia do PGRSS disponível para consulta sob solicitação da autoridade sanitária ou ambiental competente, dos funcionários, dos pacientes e do público em geral.
- 3 – Realizar pedido de renovação do PGRSS Simplificado no prazo de 30 (trinta) dias anteriores à validade do Certificado de Conformidade Ambiental.
- 4 – Realizar periodicamente o correto preenchimento da planilha de resíduos de acordo com a geração e disposição final. Esta deve ficar disponível no estabelecimento para possível consulta dos órgãos competentes.
- 5 – Caso haja desativação do empreendimento, o responsável pelo mesmo deverá comunicar previamente à Secretaria de Meio Ambiente e Ordenamento Urbano, por escrito.

Este documento não dispensa da obrigatoriedade de obtenção de licenças, autorizações, permissões, concessões, alvarás e demais documentos obrigatórios dos órgãos federais, estaduais ou municipais e demais documentos eventualmente exigíveis pela legislação aplicável.



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS
FUNDADO EM 1888
PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE
JOÃO PESSOA**

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
<http://www.azevedobastos.not.br>
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br



DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARA para os devidos fins de direito que, o documento em anexo identificado individualmente em cada Código de Autenticação Digital¹ ou na referida sequência, foi autenticado de acordo com as Legislações e normas vigentes².

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos da atividade Notarial e Registral no Estado da Paraíba, foi instituído pela Lei Nº 10.132, de 06 de novembro de 2013, a aplicação obrigatória de um Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial em todos os atos de notas e registro, composto de um código único (por exemplo: Selo Digital: ABC12345-X1X2) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser verificada e confirmada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <https://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa CHRISPIM NEDI CARRILHO tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa CHRISPIM NEDI CARRILHO a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **09/09/2020 13:35:16 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevêdo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevêdo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa **CHRISPIM NEDI CARRILHO** ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br

Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://autdigital.azevedobastos.not.br> e informe o *Código de Autenticação Digital*.

Esta Declaração é válida por **tempo indeterminado** e está disponível para consulta em nosso site.

¹**Código de Autenticação Digital:** 35830909206378493138-1 35830909206378493138-2

²**Legislações Vigentes:** Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013 e Provimento CGJ Nº 003/2014.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05be4fe350762f33b32691e9449330d387e3eaae0e10eae71a5da720531606ef269747511b312178f91fd2c431f248
6e64269eba34671b3ef1ef38ee85caae6b2a1



Presidência da República
Casa Civil
Medida Provisória Nº 2.200-2,
de 24 de agosto de 2001.

